

# GOVERNANÇA ELETRÔNICA E REDES ELETRÔNICAS CIDADÃS: NOVAS FORMAS DE INTERVENÇÃO POLÍTICA E NOVOS ESPAÇOS DE INSURREIÇÃO DOS SABERES SUBALTERNIZADOS

Eloise da Silveira Petter Damázio<sup>1</sup>

**RESUMO.** O presente artigo pretende verificar a relevância das concepções de governança eletrônica e redes eletrônicas cidadãs para o pensamento descolonial. O objetivo é analisar como estas temáticas representam novas “aberturas” que proporcionam uma “invasão” dos saberes subalternizados nos espaços que eram restritos a um saber oficial e, assim significam um conjunto mais amplo de intervenção política por parte da sociedade

**PALAVRAS-CHAVE.** Governança eletrônica. Redes eletrônicas cidadãs. Pensamento descolonial. Saberes subalternizados. Intervenção política.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Centro de Ciências Jurídicas, Campus Universitário, Trindade, 88040-900, Caixa Postal 476, Florianópolis, SC – Brasil, [eloisepetter@yahoo.com.br](mailto:eloisepetter@yahoo.com.br).

ABSTRACT. This article intends to verify the relevance of the concepts of electronic governance and electronic citizens networks for the decolonial thinking. The objective is to analyze how these themes creates new “doors” to an invasion “invasion” of subordinate knowledge in spaces that were limited to an official knowledge representing a wider set of political intervention by society

KEYWORDS. Electronic governance. Electronic citizens networks. Decolonial thinking. Subordinate knowledge. Political intervention.

## 1 Introdução

O conceito de saberes subalternizados é trabalhado por alguns teórico latino-americanos associados ao pensamento descolonial<sup>2</sup> e dialoga com o conceito foucaultiano de insurreição dos saberes sujeitados<sup>3</sup>. Tal insurreição trata-se de uma reativação dos saberes locais e menores contra a hierarquização do conhecimento e seus efeitos de poder intrínsecos. (Foucault, 1999, p. 14)

Os estudos descoloniais tratam, principalmente, das questões relativas à modernidade, a colonialidade e a descolonialidade. São temas centrais que expressam o controle econômico e cultural dos grupos subalternizados e também o controle e o silenciamento de seus saberes. A noção de colonialidade refere-se ao estabelecimento

---

2 Podemos destacar como características fundamentais do “pensamento descolonial”, a realização de uma leitura desconstrutiva da visão tradicional da modernidade e uma análise da subalternização epistêmica dos saberes não-europeus. Podem ser considerados como autores vinculados a esta corrente, o antropólogo e teórico literário e cultural argentino Walter Mignolo, o sociólogo peruano Aníbal Quijano, o filósofo argentino Enrique Dussel, o filósofo colombiano Santiago Castro-Gómez, o sociólogo porto-riquenho Ramón Grosfoguel, o antropólogo colombiano Arturo Escobar, o sociólogo venezuelano Edgardo Lander, o filósofo porto-riquenho Nelson Maldonado Torres, a lingüista estadunidense Catherine Walsh que trabalha com movimentos indígenas no Equador, entre outros.

3 Foucault (1999, p. 11-12) chama de saberes sujeitados “toda uma série de saberes que estavam desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores.” Foucault propõe uma insurreição dos saberes sujeitados. Esta visaria libertar da sujeição os saberes históricos, isto é, “capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico unitário, formal e científico.”

da diferença colonial a partir do processo de sujeição e subalternização dos saberes ao longo da modernidade, ou seja, a idéia de dominação que permaneceu ao colonialismo e que se dá, inclusive, no nível epistêmico. A descolonialidade implica refutar as formulações teóricas monoculturais e universais que negam os saberes locais produzidos a partir de racionalidades sociais e culturais distintas. Tal refutação não significa descartar por completo a racionalidade ocidental, mas sim observar suas pretensões coloniais e questionar seu posicionamento como única.

A diferença colonial significou o silenciamento de muitos saberes, entretanto, atualmente representa um espaço epistemológico e político privilegiado. Em outras palavras, o que emerge deste quadro alternativo é a necessidade de olhar seriamente a força epistemológica das histórias locais e pensar o teórico através da praxe política dos grupos subalternizados. (Escobar, 2005, p. 35) Uma insurreição de tais saberes pode proporcionar o fortalecimento e a articulação de transformações políticas, jurídicas e econômicas, não mais como esferas vinculadas ao controle e a dominação dos povos, mas como espaço para formas distintas de pensar, ser e fazer.

Mignolo (2003, p. 76) chama de pensamento de fronteira o método do pensamento descolonial. É um espaço no qual se elabora uma nova lógica, um outro pensamento, outras formas de pensar que estão sendo re-inscritas em confrontação com as categorias do pensamento ocidental. Trata-se de uma “máquina para a descolonização intelectual e, portanto, para a descolonização política e econômica.” Para Grosfoguel (2008, p. 138) o pensamento de fronteira subsume/redefine “a retórica emancipatória da modernidade a partir das cosmologias e epistemologias do subalterno, localizadas no lado oprimido e explorado da diferença colonial.”

É a partir da perspectiva descolonial que o presente estudo pretende observar a relevância das concepções de governança eletrônica e redes eletrônicas cidadãs. Podem tais esferas representar novas formas de “aberturas” e “lacunas” que possibilitem uma “invasão”

dos saberes subalternizados nos espaços que eram considerados restritos a um saber oficial, estatal ou científico e significar assim um conjunto mais amplo de intervenção política por parte da sociedade?

Para tentar iniciar um possível caminho em direção a análise das possibilidades de insurreição dos saberes subalternizados no âmbito da governança eletrônica e das redes eletrônicas cidadãos é necessário, primeiramente, tratar da noção de redes. Principalmente a noção de sociedade em rede, a idéia que estamos perante um novo tipo de sociedade, um modelo diferente de organização da vida social, mais interativo e múltiplo.

## 2 Redes e sociedades em rede

As redes, mais especificamente as redes eletrônicas, representam um papel central no surgimento de um novo tipo de sociedade, a sociedade em rede (Castells).

Para Castells (1999, p. 497) “as redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de maneira substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura.”

Rover (2009, p. 94) considera que a sociedade também está mais complexa, de forma que pode ser denominada sociedade da informação ou do conhecimento. “A informação passa a ser o motor das transformações e o insumo mais importante nos sistemas modernos de produção. O uso intensivo da tecnologia da informação em forma digital tem proporcionado a superação das estruturas administrativas hierarquizadas e verticalizadas em direção a relações de poder horizontalizadas. Eis a sociedade em rede.”

Durante séculos existiram múltiplos tipos de redes. Para Escobar (1999, p. 356-357) o que é especial nas redes de hoje não é apenas o fato de tornarem-se a coluna vertebral da sociedade e da economia, mas sim porque apresentam novas características e modos de operação particulares. Para alguns, estamos perante um novo tipo de sociedade,

precisamente pelas características originais que as redes adotam. As novas tecnologias de informação e comunicação são os elementos fundamentais desta profunda transformação. Trata-se do surgimento de um novo paradigma tecnológico, e não mudanças sociais, econômicas e políticas, o que está guiando esta transformação. Este paradigma entrou em gestação nos anos cinquenta com o desenvolvimento dos circuitos integrados e, nos anos setenta, com os microprocessadores, tendo uma expansão progressiva para redes interatuantes mais poderosas em uma escala global.

Nos últimos séculos, a modernidade e o capitalismo organizaram a vida econômica e social em grande parte em torno da lógica da ordem, da centralização e da construção hierárquica. Em décadas recentes o ciberespaço (como o universo de redes digitais, interações e interfaces) e as ciências da complexidade visibilizaram um modelo diferente para a organização da vida social. Em termos de complexidade, formigueiros, cidades e certos mercados, por exemplo, exibem o que os cientistas denominam “comportamento adaptativo complexo”. Os começos simples conduzem a entidades complexas sem a existência de um plano mestre ou uma inteligência central planejadora. Estes processos são gerados de baixo para cima, onde os agentes que trabalham em uma escala (local) produzem comportamentos e formas em escalas mais altas (por exemplo, as grandes demonstrações anti-globalização dos últimos anos). Regras simples em um nível dão origem à sofisticação e complexidade em outro nível de emergência, trata-se de ações de múltiplos agentes que interatuam dinamicamente, seguindo regras locais ao invés de comandos de cima para baixo. (Escobar, 2005, p. 40)

Uma distinção útil entre diferentes tipos de estruturas de rede é aquela postulada pelo teórico mexicano Manuel de Landa (1997 *apud* Escobar, 2005, p.224-225), ele introduz uma diferenciação entre dois tipos gerais de redes: hierarquias e *meshworks*<sup>4</sup>, estas

---

4 Não há tradução para o português da palavra *meshworks*, Escobar traduz para o espanhol utilizando o termo *mallas*.

últimas são flexíveis, não-hierárquicas, descentralizadas e auto-organizadas. As hierarquias implicam um grau de controle centralizado, de metas e regras particulares de comportamento que operam sob a tirania do tempo linear. As organizações militares, as empresas capitalistas e a maioria das organizações burocráticas operaram sobre esta base. As *meshworks*, ao contrário, estão apoiadas nas decisões descentralizadas, na heterogeneidade e na diversidade. Por serem não-hierárquicas, não têm um único objetivo, desenvolvem-se através do encontro com seus ambientes, embora conservem sua estrutura básica. Para Escobar no ciberespaço e na complexidade encontramos um modelo viável e ao menos potencialmente significativo em termos de menos possibilidades hierárquicas e mais possibilidades do tipo *meshworks*. Este modelo está apoiado na auto-organização, na não-hierarquia e no comportamento adaptativo complexo por parte dos agentes. Contrasta fortemente com o modelo dominante do capitalismo e da modernidade, particularmente com a globalização neoliberal.

As redes (*meshworks*), tais como as redes ambientais, étnicas, de mulheres e outros movimentos sociais podem ser vistas como o espaço para novos atores políticos e espaços de resistência que possibilitam, segundo Escobar (2005, p. 63-64), “mundos e conhecimentos de outro modo”. A expressão “mundos e conhecimentos de outro modo” é definida a partir de um duplo aspecto, no sentido de construir políticas a partir da diferença colonial, particularmente no nível do conhecimento e da cultura, e também de imaginar e construir mundos verdadeiramente diferentes.

Surgindo a partir da diferença colonial os grupos subalternos são praticantes de uma classe de pensamento de fronteira, pois, por um lado, eles se articulam com suas comunidades, e por outro, com os agentes da modernidade. Na conexão com outros movimentos continentais ou globais (afro-latino-americanos e movimentos anti-globalização) eles também se tornam parte de um movimento transnacional de redes.

Neste sentido, Sánchez i Picanyol (2005, p.113) enfatiza que a progressiva utilização das novas tecnologias, com destaque para a internet, pode contribuir, mesmo que parcialmente, para gerar reformas profundas na vida política. Nos últimos anos o espaço do mundo local vem ganhando força por meio da ação política de suas instituições, neste ponto a participação cidadã torna-se uma contribuição imprescindível (p. 21). Uma das reflexões sobre a utilização da rede nesse contexto de mudança social é a previsão, segundo o autor, de que a internet terá um melhor ajuste nos espaços de ação política não formalizados institucionalmente, exemplo disso são os movimentos sociais que defendem uma “outra” globalização (p. 30).

Interessante a partir dessa perspectiva é o desenvolvimento do conceito de “Estado como novíssimo movimento social”, noção trabalhada por Santos (2006, p. 364). Diante da crise do Estado moderno, uma das concepções que surge é aquela que propõe uma articulação privilegiada entre o princípio do Estado e da comunidade. Para Santos sob a mesma designação de Estado, emerge uma nova forma de organização política mais vasta que o Estado, de que o “Estado é o articulador e que integra um conjunto híbrido de fluxos, redes e organizações em que combinam e interpenetram elementos estatais e não estatais, nacionais, locais e globais.”

Nesse caso é evidente o papel das redes, estas representam novos campos de possibilidade de aumento do poder e da participação da sociedade na política, colaborando para o que Santos chama, de uma “reinvenção solidária e participativa do Estado”.

### 3 Governança eletrônica: novas formas de intervenção política

Scherer-Warren (2006, p. 113) considera que na sociedade em rede o associativismo (ONGs comunitárias e associações locais, feministas, ecologistas, étnicas, e outras) e os movimentos sociais de

base locais (de moradores, sem teto, sem terra, etc.) se articulam com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania.” Nesse processo articulatório, atribuem, portanto, legitimidade às esferas de mediação (fóruns e redes) entre os movimentos localizados e o Estado, por um lado, e buscam construir redes de movimento com relativa autonomia, por outro. Origina-se, a partir desse fato, uma tensão permanente no seio do movimento social entre participar com e através do Estado para a formulação e a implementação de políticas públicas ou em ser um agente de pressão autônoma da sociedade civil.” (Scherer-Warren, 2006, p.113 -114)

Scherer-Warren (2006, p. 123) trabalha com a noção de “empoderamento democrático” e destaca a necessidade do combate à exclusão em suas múltiplas faces e a respectiva luta por direitos (civis, políticos, socioeconômicos, culturais e ambientais); o reconhecimento da diversidade dos sujeitos sociais e do respectivo pluralismo das idéias; a promoção da democracia nos mecanismos de participação no interior das organizações e nos comitês da esfera pública, criando novas formas de governança.

Aqui entra em cena o conceito de governança, este pode ser muito relevante para o desenvolvimento de novas formas de intervenção política em uma sociedade em rede, entretanto deve-se ter cuidado com este termo, pois pode ser empregado como uma faca de dois gumes.

Segundo Frey (2001, p. 34) podemos distinguir duas versões de governança, àquela que enfatiza como objetivos principais o aumento da eficiência e efetividade em aspectos governamentais, e outra que focaliza primariamente o potencial emancipatório de novas abordagens da governança.

Discute-se mais intensivamente na literatura internacional o conceito de “boa governança”, este é promovido por agências de desenvolvimento internacional como o Banco Mundial e a UNDP (*United Nations Development Programme*). Tais agências promovem a criação de uma estrutura política, administrativa e social estável,



como um componente necessário para a modernização econômica ou como uma pré-condição para promover um desenvolvimento humano sustentável. (Frey, 2001, p. 34)

Também se discute o novo modelo de gerenciamento de serviços públicos sugerido pelo movimento da “nova administração pública”, este pretende transferir a prestação de serviços públicos para agências que são autogerenciáveis dentro de diretrizes políticas gerais e metas de serviços. Tem como ponto central o melhoramento da qualidade de vida, enquanto que a extensão da participação tem apenas um papel subordinado ou instrumental. Além disso, há outras abordagens como “Governança como um Sistema Sócio-Cibernético” ou “Governança como a Nova Economia Política”, onde a preocupação dirige-se ao aumento da eficiência e da eficácia, em detrimento do potencial emancipatório. (Frey, 2001, p. 35)

Já a perspectiva mais emancipatória do conceito de governança tem relação com as novas práticas de coordenação de atividades através de redes, parcerias e fóruns deliberativos. “Nessa perspectiva a abordagem da governança pode ser vista como uma possibilidade de restaurar a legitimidade do sistema político pela criação de novos canais de participação e parcerias entre o setor público e o setor privado ou iniciativas voluntárias, contribuindo para novas formas democráticas de interação público-privada. Nessa abordagem de governança emancipatória a ênfase está no aumento de poder social, ou seja, a inclusão e o fortalecimento dos não-poderosos nos processos de tomada de decisão política, enquanto que a eficiência administrativa é considerada um objetivo subordinado.” (Frey, 2001, p. 35)

Frey (2001, p. 36) considera que a “governança eletrônica” também pode ser analisada a partir de duas abordagens básicas de estratégias, que “podem – ou deveriam poder – andar de mãos dadas, mas que na prática nem sempre o fazem.”

A primeira estratégia diz respeito à necessidade de oferecer serviços públicos on-line pela Internet. O objetivo é colocar na prática o princípio de “governo em um só lugar”. “A idéia principal constitui em tornar disponíveis todos ou a maior parte dos serviços públicos a

partir de um único ponto de entrada, a qualquer hora do dia ou da noite via PCs, quiosques públicos ou até mesmo pelos aparelhos de TV das pessoas.” (Frey, 2001, p. 36)

O objetivo principal da primeira forma de governança eletrônica é o aumento da eficiência administrativa. Esta é a “visão fraca” da e-governança, uma abordagem conservadora que evita mudanças mais profundas na maneira em que o governo opera e funciona. O governo preocupa-se em não passar poder ou influência a outros atores sociais ou políticos. (Frey, 2001, p. 36)

A “visão forte” da governança eletrônica busca reformar a própria base do governo. A partir desse ponto de vista as tecnologias da informação e comunicação podem ser um catalisador para mudar o foco dos serviços públicos para uma maneira de prestar serviços que seja mais dirigida ao povo, com maior qualidade, mais personalizada, holística, efetiva e criativa e também “oferece possibilidades para sustentar novos modos de criação de redes sociais e políticas e novas formas de participação democrática.” (Frey, 2001, p. 37)

Importante destacar que Pérez Luño (2004, p. 60) aborda também uma visão forte e outra fraca do que chama de teledemocracia. Teledemocracia designa o conjunto de teorias e fenômenos práticos referentes a incidência das novas tecnologias na política, pode também ser definida como a projeção das novas tecnologias nos processos de participação política das sociedades democráticas. A teledemocracia é classificada a partir de uma faceta débil (partidos políticos - democracia representativa) e outra forte (participação direta do cidadão).

Entretanto, Frey (2001, p. 37) alerta que a utilização das tecnologias da informação e comunicação dessa maneira emancipatória e democrática não vai ocorrer automaticamente e isso depende principalmente de vontade política. A World Wide Web “não foi criada com a finalidade de promover cidadania democrática, mas tem sem dúvida grandes potencialidades democráticas e pode ser usada para renovar modos de participação política e tomada de decisões.”

A partir dessa versão de governança que se propõe como emancipatória, destacamos o papel das chamadas redes eletrônicas cidadãs (também chamadas de cívicas ou comunitárias), estas redes estão voltadas para a construção da cidadania, da participação política e, sendo assim, também podem significar um espaço de abertura para conhecimentos e saberes que foram subalternizados.

#### **4 Redes eletrônicas cidadãs e insurreição dos saberes subalternizados: o caso da rede zapatista**

Segundo Planells e Serdio (2003) há diversas possibilidades de gestão e direção das redes cidadãs. As duas posturas mais freqüentes a respeito são (a) as redes cidadãs que dependem das instituições ou administrações “formais” e (b) as redes cidadãs que dependem diretamente e se inscrevem dentro dos chamados movimentos sociais. Neste estudo nos ocuparemos desta segunda esfera de redes eletrônicas cidadãs, pois consideramos esta mais adequada para uma proposta de insurreição dos saberes subalternizados.

As redes cidadãs formadas por novos movimentos sociais, voluntariados, organizações não governamentais, utilizam e organizam-se através de redes eletrônicas, adquirindo cada vez mais uma significação política. Passam a ocupar os lugares que o Estado tinha ocupado (desenvolvendo, assim um Estado como novíssimo movimento social). Formam novos cenários de recriação do público e de revalorização do status político da cidadania, facilitando o acesso à informação pública e o debate como fundamento de participação política. (Finkelievich; Baumann; Jara, 2001, p. 20)

Para Maia (2007, p. 44) tais atores coletivos objetivam fomentar as capacidades políticas e cívicas dos cidadãos, além disso, visam “prover informação e tematizar questões de interesse coletivo, atuar como representantes ou defensores morais de certas causas e, ainda, exercer vigilância e pressão sobre atores do sistema político.” Estas

redes podem promover certas causas, acionam recursos informativos fundamentais para monitorar instâncias do governo e outras instituições, de tal forma que elas mantenham compromissos e observância de leis e de tratados. (p. 54)

É importante considerar a produção, transformação e intercâmbio de conhecimento no interior das redes eletrônicas cidadãs. Como vimos a idéia de rede incorpora aspectos de descentralização, interatividade e multiplicidade, no caso das redes cidadãs, acrescenta-se o fato de que seus integrantes procedem dos campos mais diversos, não apenas do meio acadêmico, mas de todos os âmbitos da sociedade. O que as redes eletrônicas cidadãs proporcionam é a possibilidade de facilitar a atuação das coletividades (como por exemplo, grupos subalternos), de forma a concretizar seus projetos e trocar informações e conhecimentos necessários para isso. De fato, contemplar as redes eletrônicas cidadãs a partir desta perspectiva pressupõe questionar as noções tradicionais de saber e, sendo assim, a ideia de que existe saberes superiores e saberes inferiores<sup>5</sup> de acordo com uma hierarquização do conhecimento. (Mayans I Planells; Serdio, 2003)

Ao não postularem uma separação rigorosa entre produtores, difusores e consumidores de conhecimento, as redes eletrônicas cidadãs são, potencialmente, instrumentos de insurreição dos

---

5 A concepção de que não existe um conhecimento superior ao outro foi expressa pelo pensador chileno Humberto Maturana. Por um lado, Maturana re-introduz o conceito de “emocionar” junto e de forma complementar ao de “pensar.” Por outro, desenvolve a idéia de “variadas objetividades” e de “multi-verso” em vez de “uni-verso” (isto é, a idéia hegemônica de universalidade passa a ser no pensamento da Maturana, um componente a mais de um mundo multi-versal) Maturana fala de objetividade entre parêntesis e sem parêntesis. O observador que habita a objetividade-entre-parênteses, dá-se conta que habita em um multi-verso. Isto é, que habita em variados e diferentes (igualmente legítimos) mundos explanativos. Cada desacordo explicativo é um convite para uma responsável reflexão de coexistência (conflitiva e dialógica) e não em uma irresponsável negação da outra explicação. Já o observador que habita a objetividade-sem-parênteses acredita que todos aqueles que não estão de acordo com o que ele sente ou pensa, não tem razão de ser ou está errado. Isto é, coloca-se em uma posição de juiz supremo e acusa às opiniões diferentes. (Maturana, 1997)

saberes subalternizados, significam uma abertura para uma “invasão” dos saberes considerados inferiores no âmbito oficial e científico, este meio que é tradicionalmente fechado sempre em seus especialistas e intelectuais.

Estas redes, segundo Escobar (2005, p. 144) podem ser utilizadas como espaço público para os saberes alternativos. Saberes sobre os direitos, como o direito à subsistência básica, à autonomia e à diferença; saberes alternativos sobre a economia, em termos de obrigações e reciprocidades que não são inteiramente capitalistas; saberes alternativos sobre a natureza em termos de desenvolver princípios que integrem processos ecológicos e humanos.

Os criativos usos do ciberespaço feito pelo movimento zapatista são exemplos ilustrativos da reconstrução e apropriação que os movimentos sociais fazem dos espaços públicos. (Escobar, 1999, 161). “Além de suas características bastante peculiares como movimento político e armado, [...] o EZLN rapidamente transformou-se também em importante fenômeno comunicacional ou mediático. A habilidade de Marcos como comunicador e conhecedor dos meios de comunicação, a capacidade dos zapatistas em se manterem na mídia e o interesse despertado em todo o mundo, alimentando constantemente as redes eletrônicas com informações de e sobre Chiapas, fizeram com que as reivindicações básicas dos insurgentes zapatistas e a realidade das populações indígenas da região circulassem em escala global, chamando a atenção não só da sociedade mexicana, mas de grande parte da população mundial para as demandas seculares daqueles povos até então esquecidos.” (Ortiz, 2005, p. 175)

Os zapatistas podem ser considerados pioneiros no uso da internet como ferramenta de luta<sup>6</sup>. Todas as possibilidades de internet<sup>7</sup> são

---

6 Segundo Castells (2001, p. 103), os zapatistas são o primeiro movimento de guerrilha informacional do mundo.

7 Para verificar páginas de apoio ao zapatismo digite: <http://www.ezln.org.mx/index.html> e <http://www.eco.utexas.edu/faculty/Cleaver/zapsincyber.html>, este último trata-se de um guia de sites, artigos, comunicados, documentos e fotos sobre os zapatistas.

aproveitadas pelas redes de apoio zapatista, formadas pela ação convergente de indivíduos, grupos, organizações de diversos tipos. O zapatismo na Internet se concretiza a partir de páginas pró-zapatistas de apoio e de informações que circulam em listas eletrônicas de correio e em interações desenvolvidas em fóruns e listas eletrônicas de discussão. (Rodríguez, 2001)

A rede eletrônica cidadã zapatista utiliza-se da internet para propor novos horizontes de significado com sua ênfase na humanidade, dignidade e respeito da diferença, além disso, propõe concepções alternativas de economia, natureza, desenvolvimento, democracia entre outras. (Escobar, 2005, p. 42)

Por exemplo, os zapatistas consideram que a democracia não é propriedade privada do pensamento e da teoria política do ocidente, mas um princípio de convivência e de bom viver. No discurso zapatista fala-se de justiça, equidade, igualdade, reciprocidade e se adverte também que uma palavra, a democracia, chegou de longe, de outras latitudes, mas se refere aos seus próprios temas e assuntos. Leva em si o direito de certas sociedades de organizar a sua própria maneira a justiça, a equidade e a igualdade, mas não leva em si o direito a negar e silenciar quem é democrático de outra maneira ou, além disso, quem postula outra forma de igualdade e justiça. (Mignolo, 2008, p. 46.)

Grosfoguel (2008, p. 138.) salienta que “[...] os zapatistas aceitam a noção de democracia, mas redefinem-na partindo da prática e da cosmologia indígena local, conceptualizando-a de acordo com a máxima “comandar obedecendo” ou “todos diferentes, todos iguais”. O que parece ser um slogan paradoxal é, na verdade, uma redefinição crítica descolonial da democracia, recorrendo às práticas, cosmologias e epistemologias do subalterno. Isto leva-nos à questão de como transcender o monólogo imperial estabelecido pela modernidade europeia-eurocêntrica.”

Para Mignolo (2005, p. 100) o zapatismo é um excelente exemplo de pensamento de fronteira. A partir do uso do ciberespaço, o movimento zapatista abre caminho para que os saberes locais

índigenas possam afirmar-se frente aos saberes ocidentais. Desta forma, a força do imaginário indígena e a disseminação planetária de seus discursos fazem-nos pensar em outros futuros possíveis em “mundos e conhecimentos de outro modo”.

A rede zapatista não está lutando somente pelo acesso, incorporação, participação ou inclusão na sociedade, no saber oficial ou no sistema político, mas, a partir do criativo uso das redes, participam de uma insurreição dos saberes subalternizados, principalmente a partir da construção de suas próprias definições do que é política, democracia, justiça, solidariedade, etc. Ou seja, exigem o direito de definir aquilo no que desejam ser incluídos.

## 5 Considerações finais

Em uma sociedade em rede, a internet e outras tecnologias digitais, são utilizadas pelos movimentos de resistência a nível mundial e possibilitam uma “invasão” dos saberes subalternizados nos espaços que eram considerados restritos a um saber oficial, estatal ou científico. Um dos exemplos verificados trata-se da governança eletrônica a partir das redes eletrônicas cidadãs, e especificamente o caso da rede zapatista, esta atua ativamente como instrumento de articulação global contra-hegemônica.

A rede zapatista rearticula os projetos globais a partir das histórias locais, ou seja, uma articulação entre o conhecimento subalterno e o hegemônico a partir da perspectiva do subalterno. Além disso, reorganiza a diferença colonial em uma perspectiva de alcance mundial, visando mudar as próprias estruturas do saber, ser e fazer. Possibilita, desta forma, um conjunto mais amplo de intervenção política por parte da sociedade a partir do encontro entre atores políticos locais e as novas tecnologias.

É claro que a tecnologia colaborou e colabora para o estabelecimento de uma hierarquização do conhecimento, mas na atualidade, como analisamos nesta pesquisa, também pode atuar de maneira decisiva e fundamental como elemento capaz de propiciar novos espaços de

insurreição dos saberes subalternizados e, conseqüentemente, propiciar novas formas de intervenção política a partir de racionalidades sociais e culturais distintas.

## 6 Referências

- CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. - a era da informação: economia, sociedade e cultura São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- O poder da identidade. São Paulo, Paz e Terra, 2001.
- EBERHARD, Christoph. O Direito no mundo globalizado: em direção à “boa governança” através do diálogo intercultural. *Direito, Estado e Sociedade*, Rio de Janeiro, PUC Rio, n.33, p. 6-18, jul./dez. 2008.
- ESCOBAR, Arturo. El final del salvaje. Santafé de Bogotá: ICAN / Cerec, 1999.
- Más allá del tercer mundo. Globalización y diferencia. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia, 2005.
- FINQUELIEVICH, Susana; BAUMANN, Pablo; JARA, Alejandra. Las tecnologías de Información y Comunicación (TIC) en el desarrollo local: gobierno eletrônico y redes ciudadanas. *Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v. 1, n. 2, p. 13-26, mar. 2001.
- FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FREY, Klaus. Governança eletrônica: experiências de cidades européias e algumas lições para países em desenvolvimento. *Revista de Informática Pública*, Belo Horizonte, ano 3, n. 1, p. 31-48, maio 2001.
- GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p 115-147, mar. 2008.
- MAIA, Rousiley C. M. Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. *Logos, Mídia e Democracia*. Rio de Janeiro, ano 14, 2007.



- MATURANA, Humberto. La objetividad, un argumento para obligar. Santiago de Chile: Dolmen, 1997.
- MAYANS I PLANELLS, Joan; Serdio, Aida de, Redes ciudadanas y nuevas centralidades en la producción de conocimiento. Revista Electrónica NOVEDADES-ICTnet, v.2, n. 135 e 136, maio 2003. Disponível em: < <http://cibersociedad.rediris.es> >. Acesso em: 02 out. 2009.
- MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: Lander, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Trad. Júlio César C. B. Silva. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 71-81.
- Hermenéutica de la democracia el pensamiento de los límites y la diferencia colonial. *Tábula Rasa*. Bogotá, n.9, p. 39-60, 2008.
- Histórias locais/ projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- ORTIZ, Pedro Henrique Falco. Das montanhas mexicanas ao ciberespaço. *Estudos Avançados*. v.19, n.55, p. 173-186, 2005.
- PÉREZ LUÑO, Antonio. ¿Ciberciudadaní@ o ciudadaní@.com? Barcelona: Gedisa, 2004.
- Rodríguez, Diana Sagástegui. Internet: herramienta y espacio de lucha zapatista. *Kairos Revista de Temas sociales*. Universidad Nacional de San Luis, ano 5 n. 8, 2001.
- ROVER, Aires José. Introdução ao governo eletrônico. *Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico*, n. 1, p. 92-106, 2009. Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/observatoriodoegov>>. Acesso em: 02 out. 2009.
- SÁNCHEZ I PICANYOL, Jordi. La democracia electrónica. Barcelona: Editorial UOC, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

